

**PLANO DE ENSINO**

Unidade Universitária: FACULDADE DE DIREITO		
Programa de Pós-Graduação: Direito Político e Econômico		
Curso: <input checked="" type="checkbox"/> Mestrado Acadêmico <input type="checkbox"/> Mestrado Profissional <input type="checkbox"/> Doutorado		
Disciplina: COMPLIANCE CRIMINAL E DIREITO PENAL ECONÔMICO		
Professor(es): Fábio Ramazzini Bechara / Marco Aurélio Pinto Florêncio Filho		
Carga horária: 48h	Créditos 4	<input type="checkbox"/> Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva
Ementa: Compliance e Direito Penal Econômico. Poder Econômico e seus Limites Jurídicos. Tecnologia e Compliance Programs. Autorregulação e sanção da pessoa jurídica. A institucionalização dos programas de criminal compliance. Criminal compliance e os limites revisitados da cooperação normativa quanto à lavagem de dinheiro. Abordagem penal econômica da lei anticorrupção.		
Objetivos: 1. Compreender as políticas de autorregulação e as sanções das pessoas físicas e jurídicas. 2. Compreender a institucionalização dos programas de criminal <i>compliance</i> e a questão da responsabilidade pelo cumprimento dos deveres. 3. Compreender os limites revisitados do criminal <i>compliance</i> quanto à lavagem de dinheiro. 4. Compreender as primeiras impressões da lei anticorrupção para o criminal <i>compliance</i> . 5. Compreender as formas premiaias de colaboração e mecanismos de denúncia previstos nos programas de criminal <i>compliance</i> .		



Conteúdo Programático:

1. Programas de *Compliance* anticorrupção: análise de risco; códigos de conduta; cláusulas anticorrupção; *due diligence*; conflito de interesses;
2. *Compliance* anticorrupção e o regime de imputação de responsabilidade: ilícito penal, civil e administrativo;
3. O direito como forma de obstacularizar o crescimento econômico: caso brasileiro;
4. Autorregulação e responsabilidade criminal das pessoas física e jurídica;
5. A noção de *Compliance* e a Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei n.º 9613/98): delitos de infração de dever, regras relativas às responsabilidades pessoais e regras relativas às pessoas jurídicas;
6. A noção de *Compliance* e a Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei n.º 9.613/98): normativas pertinentes do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central e do COAF;
7. Programas de *Compliance* e a nova Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013): A colocação do problema;
8. Concurso de agentes, associação criminosa e organização criminosa nos crimes de corrupção;
9. A teoria do domínio do fato nos crimes de corrupção;
10. Acordo de leniência e mecanismos de denúncia, conforme a nova Lei Anticorrupção;
11. Acordo de leniência (artigo 87 da Lei n.º 12.529/2011 c/c art. 208, parágrafo único do RICADE), acordo de colaboração premiada (artigo 4º da Lei n.º 12.850/2013) e confissão qualificada pela delação (artigo. 16, da Lei n.º 8.137/90) no Direito Concorrencial; e
12. O exemplo do julgamento da AP 470 e da “Operação Lava Jato”.

Metodologia:

Aulas expositivas e teóricas: apresentação dos principais temas sobre a autorregulação das empresas, responsabilidade penal empresarial e criminal compliance em aulas expositivas e teóricas que ensejem uma discussão. Exposição dialogada. Leitura prévia dos textos indicados. Seminários realizados pelos(as) alunos(as) sobre a temática proposta.

Critério de Avaliação:

Debates em sala de aula. Fichamento dos textos. Apresentação de seminários. Elaboração de um artigo.



Bibliografia:

ALFLEN, Pablo Rodrigo. *Teoria do domínio do fato*. São Paulo: Saraiva, 2014.

BACIGALUPO, Enrique. La posición de garante em el ejercicio de funciones de vigilância em el ámbito empresarial. In: BACIGALUPO, Enrique. *Curso de derecho penal económico*. 2ª ed. Madrid: Marcial Pons, 2005, p. 81-104.

BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. *Lavagem de dinheiro. Aspectos penais e processuais penais*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BERCOVICI, Gilberto; OCTAVIANI, Alessandro. Direito e Subdesenvolvimento. In: OCTAVIANI, Alessandro. *Estudos, pareceres e votos de direito econômico*. São Paulo: Singular, 2014, p. 65-84.

BRAGA, Romulo Rhemo Palitot. *A lavagem de dinheiro: fenomenologia, bem jurídico protegido e aspectos penais relevantes*. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2013.

BRANCO, Fernando Castelo. Reflexões sobre o acordo de leniência: moralidade e eficácia na apurações dos crimes de cartel. In: VILARD, Celso Sanchez; PEREIRA, Flávia Rahal Bresser; DIAS NETO, Theodomiro (coord.) *Direito penal econômico: crimes econômicos e processo penal*. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 137-165.

CARDOSO, Débora Motta. *Criminal compliance na perspectiva da lei de lavagem de dinheiro*. São Paulo: LiberArs, 2015.

CASCIONE, Fábio de Souza Aranha (org.). *Lei anticorrupção: uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo: LiberArs, 2015.

DOTTI, René Ariel. A incapacidade criminal da pessoa jurídica (uma perspectiva do direito brasileiro). In: PRADO, Luiz Regis (coord.) *Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Em defesa do princípio da imputação penal subjetiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

FRANCESCHINI, J.I.G; BAGNOLI, V. Direito Concorrencial, in: *Tratado de Direito Empresarial*, vol.7. coord. CARVALHOSA, Modesto. São Paulo: RT, 2016.

MARTINEZ, Ana Paula. *Repressão a Cartéis: Interface entre Direito Administrativo e Direito Penal*. São Paulo: Singular, 2013.

PEDRINHA, Gustavo Mascarenhas Lacerda. *AP 470 - Análise da intervenção da mídia no julgamento do mensalão a partir de entrevistas com a defesa*. São Paulo: Liber Ars, 2013.